

CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA, APONTARÁ O INQUÉRITO

Nas mais de mil páginas do novo inquérito sobre a Kiss os policiais pretendem elencar uma cadeia do que consideram “falhas notórias” de vários órgãos que estiveram envolvidos no processo de licenciamento e funcionamento da boate. Serão indiciados integrantes da prefeitura de Santa Maria, mas ainda não está decidido quem. O crime apontado será condescendência criminosa (artigo 320 do Código Penal). É quando uma autoridade, conscientemente, deixa de cumprir dever fiscalizatório e isso acaba originando um crime. Embora o foco sejam autoridades municipais, o inquérito analisa problemas fiscalizatórios em geral. Confira algumas ponderações dos policiais:

Donos da boate

■ Não pagaram várias taxas de vistorias, ISSQN, taxas de licenças e multas, durante os anos de funcionamento da Kiss. Fraudaram também consultas populares para conseguir licença de funcionamento

O QUE DIZEM

“Não houve fraude. Se ocorreu algo, foi erro, não intencional”.

Tiago Mutti, ex-dono da boate da época da abertura que assinou laudo acústico, já que também é engenheiro

“Não pude tirar cópia do inquérito, são 12 volumes e ainda algumas pessoas estavam sendo ouvidas. Prefiro me pronunciar só após ler o material”.

Fábio Freitas Dias, advogado de Santiago Mutti, pai de Tiago e pessoa que fez a Consulta Popular considerada fraudulenta pela polícia. O documento integrou o Estudo de Impacto de Vizinhança necessário para a abertura da boate

**O Diário tentou contato com o ex-dono da Kiss, Alexandre Costa, mas ele não atendeu as chamadas no celular*

“Inquérito não diz respeito à época em que ele (Kiko) atuava como responsável pela boate e, por isso, a defesa não comentará os resultados da investigação.”

Jader Marques, advogado de Elissandro Spohr, Kiko, sócio da Kiss

“O Mauro não pode responder por todas as licenças obtidas antes da entrada dele na sociedade. Todos procedimentos depois dele entrar como sócio não passavam por ele porque não era o administrador da casa. Jamais representou a boate. Não tem qualquer relação com esses pontos.”

Bruno Seligman de Menezes, defensor de Mauro Hoffmann, sócio da Kiss

Bombeiros

■ Permitiram o funcionamento irregular da boate sem alvará, em determinadas ocasiões. Depois, foi concedido alvará com método simplificado (o SIGPI). Não comunicaram os demais órgãos que a boate funcionava sem alvará

O QUE DIZ

“Não me manifesto sobre inquéritos não concluídos.”

Eviltom Pereira Diaz, coronel e comandante-geral do Corpo de Bombeiros

Procuradoria do município

■ Ao ser comunicada pela Secretaria de Proteção Ambiental que a boate estava funcionando sem a devida licença, deveria ter solicitado a instauração de procedimento investigatório para apurar a emissão das licenças para a danceteria. Deveria ainda ter adotado medidas judiciais contra os proprietários da boate Kiss que desobedeciam as ordens de cessação das atividades, no caso do embargo

O QUE DIZ

“Não vamos nos manifestar porque são informações extraoficiais. Somente depois da conclusão do inquérito.”

Clarissa Duarte Pillar, procuradora-geral do município em exercício

Secretaria de Mobilidade Urbana

■ Responsável pela fiscalização para fins de emissão de alvará de localização, sabia da situação irregular da Kiss e não solicitou providências judiciais pelo descumprimento das autuações e embargo promovidos no local. Fez vistorias nos anos de 2009 a 2012, mas não fechou a boate, mesmo com o local não atendendo os requisitos para obtenção e manutenção do alvará de localização

O QUE DIZEM

“No período em que fui secretário (de dezembro de 2010 a abril de 2012), foram cumpridas as vistorias anuais, conforme manda a lei (a não ser que haja denúncia). A fiscalização esteve na boate em fevereiro de 2011 e emitiu boletim dizendo que a boate estava com todos os documentos em dia. Em abril e em maio de 2012, de novo. Durante o período em que fui secretário não recebi nenhuma denúncia de fiscal, de cidadão ou de órgão público sobre a Kiss. Não tem nenhum documento assinado por mim para a boate.”

Marcelo Bisogno, secretário de Controle e Mobilidade Urbana de dezembro de 2010 a abril de 2012

“Não vou me manifestar sobre o assunto.”

Sérgio Renato de Medeiros, secretário de Controle e Mobilidade Urbana em 2009 e 2010, quando foram feitas autuações e embargo da Kiss

Secretaria de Proteção Ambiental

■ Permitiu o funcionamento da boate sem a licença de sua competência. Não aplicou as penalidades previstas na legislação ambiental e municipal, assim como não aplicou as multas e tributos devidos (taxa de vistoria ambiental). Emitiu licenças de operação, contrárias ao previsto na lei (laudo acústico emitido por pessoa física e sócio da boate). Permitiu a perpetuação do crime de poluição sonora durante o período de funcionamento da boate e não comunicou os demais setores da prefeitura sobre as ocasiões em que a boate estava irregular

O QUE DIZ

“Irregularidades não haviam, no sentido de má-fé, mas o que pode ter havido são falhas humanas porque são poucos fiscais para uma enormidade de estabelecimentos a fiscalizar em Santa Maria.”

Sandro Trentin, advogado de Luiz Alberto Carvalho Júnior, secretário de Proteção Ambiental na época

Secretaria de Saúde

■ Permitiu o funcionamento da boate sem a licença de sua competência. Não fechou o estabelecimento conforme previa a legislação sanitária e municipal, assim como não aplicou as multas devidas e deixou de cobrar os tributos devidos (taxa de vistoria sanitária)

O QUE DIZ

“Só nos manifestaremos após a conclusão do inquérito.”

Selena Michels, coordenadora da Vigilância em Saúde, que emite o alvará sanitário



Caso Kiss

Secretaria de Finanças

■ Emitiu o alvará de localização sem que todos os requisitos legais fossem atendidos. Permitiu o funcionamento do estabelecimento sem a licença de localização. Depois, expediu esse documento sem atender alguns preceitos legais. Negligenciou na cobrança de receitas devidas pela boate, como taxa de licença, taxa de vistoria, ISSQN, multas e resultantes destas, bem como os registros em dívida ativa dos valores não recolhidos nos prazos de vencimento

O QUE DIZ

“Não chegou a mim nenhum documento oficial informando sobre as investigações. Só responderei quando questionado de forma oficial.”

Antônio Carlos Lemos, secretário de Finanças na época em que foi concedido alvará de localização da boate

Prefeito

■ Permitiu o funcionamento da Kiss de 2009 até o dia da tragédia, sem que esta atendesse os requisitos mínimos exigidos na lei municipal e federal para o funcionamento de um estabelecimento. Não promoveu ato administrativo para apurar os motivos pelos quais a boate funcionava sem licenças ou com estas irregulares, nem buscou investigar as denúncias das vítimas do crime de poluição sonora. Não puniu os donos da boate pelo descumprimento das autuações e embargos que determinavam o imediato fechamento da danceteria. Negligenciou fiscalização do funcionamento da Kiss e de 20 outros estabelecimentos, o que resultou na não arrecadação de ISSQN, taxas de vistorias e receitas de multas

O QUE DIZ

“O prefeito não recebeu nenhuma informação oficial, portanto, não vai se pronunciar.”

Luiz Otávio Prates, assessor de imprensa do prefeito Cezar Schirmer

Policimento ambiental

■ Não fez, até a data do incêndio, uma das medições acústicas solicitadas pelo Ministério Público. Vizinhos da boate afirmaram que o ruído continuava atrapalhando seu sono, mesmo após as reformas previstas no Termo de Ajuste de Conduta proposto pelos promotores de Justiça. A constatação do ruído poderia ter determinado a interdição da boate antes da data da tragédia

O QUE DIZ

“Fornecemos (à polícia) toda a documentação que foi solicitada. As medições que haviam sido feitas, os relatórios de vistorias que foram feitos. É uma surpresa, não foi ouvido nenhum PM. Tenho de ter conhecimento do que está sendo investigado para poder me manifestar (sobre a medição não realizada).”

Luiz Antônio de Oliveira Floresta, major e comandante do Batalhão Ambiental da BM